



**FEPAL**  
FEDERAÇÃO ÁRABE  
PALESTINA DO BRASIL

إتحاد المؤسسات العربية  
الفلسطينية في البرازيل

OFÍCIO 018/2023/FEPAL

Palestina livre a partir do Brasil, 9 de agosto de 2023, 76º ano da Nakba.

Exmo. Sr. **SYLVIO MÁRIO PUGA FERREIRA**

**Magnífico Reitor da Universidade Federal do Amazonas (UFAM)**

Av. Gal. Rodrigo Octavio Jordão Ramos, 3000, Campus Universitário Senador Arthur Virgílio Filho

Manaus-AM

Magnífico Reitor

**ASSUNTO: Promoção do Apartheid na Palestina e do extermínio do povo palestino no campus da UFAM**

Primeiramente, esta Federação Árabe Palestina do Brasil, bem como a comunidade brasileiro-palestina, por ela representada, o cumprimenta e a toda a comunidade acadêmica desta respeitada UFAM pelo prestígio e reconhecimento que instituição de ensino superior tem conquistado, tanto na graduação quanto na pós-graduação, bem como na pesquisa e na extensão. Também nos comprazemos pelo quanto nos chega ao conhecimento das preocupações que a UFAM dedica a temas caros à humanidade, seu apreço pelos Direitos Humanos, pela soberania dos povos e pela defesa da democracia, refutando o totalitarismo, a intolerância e o ódio.



**FEPAL**  
FEDERAÇÃO ÁRABE  
PALESTINA DO BRASIL

إتحاد المؤسسات العربية  
الفلسطينية في البرازيل

Malgrado isso, somos levados a preocupação em virtude de assalto ao campus da UFAM para nele abrigar evento incompatível como estes valores civilizatórios, em verdadeira afronta à dignidade humana. O palco poderá ser o Auditório Rio Amazonas, da Faculdade de Estudos Sociais (FES), e o evento é o "I Seminário Ajuricaba de Liberdade na Amazônia". O título é desprezioso e diz pouco, senão nada, do que de fato será abordado: a promoção da agenda de **ocupação da Palestina**, com tudo que isso implica, vale dizer, a defesa do regime supremacista israelense, que se realiza pelo tripé combinado de limpeza étnica da população originária (a palestina), sua substituição por estrangeiros importados (colonialismo por assentamento) e a submissão da população ocupada ao um brutal regime de Apartheid.

Embora apareça apenas como apoiadora do evento, quem de fato o determina é a StandWiyhUS (sua filial brasileira), ao ponto de o principal palestrante ser o presidente da organização (no Brasil), André Lajst, com o tema "Empreendedorismo em Israel". Trata-se de figura que publicamente nega o inegável, isto é, que Israel se realiza como um regime estatal de Apartheid, no qual somente (a partir de 2018, quando aprovada a Lei do Estado Nação Judeu) professantes do judaísmo são cidadão plenos. Sua ação pública tem sido a de detratar o povo palestino e negar-lhe os direitos civis, humanitários e nacionais.

Nem mesmo o fato de ter servido às forças armadas israelenses (2011/2013), que ocupam a Palestina e assassinam seu povo, lhe é incômodo, visto que, ao contrário, faz defesa disto também, ao ponto de jactar-se de sua participação nos ataques à Faixa de Gaza (2012), território palestino hermeticamente bloqueado por Israel e à beira de um desastre humanitário. No que o regime israelense denominou "Operação Pilar de Defesa de Israel", que visava, nas palavras de Lajst, eliminar "terroristas", **174 palestinos foram assassinados**, a grande maioria civis desarmados e sequer implicados com a legítima autodefesa palestina no território, dentre eles 37 crianças e 14 mulheres. Para citar apenas uma organização internacional de direitos humanos que se pronunciou a respeito, a Human Rights Watch apontou crimes de guerra nesta operação agressiva israelense, especialmente no ataque à casa de Mohammed Jamal al-Dallu, descrito pela narrativa da ocupação como "terrorista conhecido", mas que, na verdade, era apenas um oficial de polícia de baixa patente, que resultou na morte de 12 pessoas, toda a sua família.

Quanto ao Apartheid imposto por Israel ao povo palestino, são fartos os relatórios a respeito. Os **relatores especiais da ONU para a Palestina Michal Lynk, Richard Falk e John Dugard** relataram, com detalhes, o assombroso sistema de apartheid que Israel impõe ao povo palestino,



**FEPAL**  
FEDERAÇÃO ÁRABE  
PALESTINA DO BRASIL

إتحاد المؤسسات العربية  
الفلسطينية في البرازيل

em diferentes dimensões e espaços, não limitados a pequenas porções geográficas, mas em vigor em todo o espaço habitado por palestinos.

A **Comissão Econômica e Social para a Ásia Ocidental**, uma das principais agências da ONU, chegou à mesma conclusão. Conforme as palavras de Rima Khalaf, então subsecretária-geral da Organização das Nações Unidas e secretária-executiva da comissão para a Ásia ocidental, **"claramente e francamente conclui que Israel é um Estado racista que estabeleceu um sistema de apartheid que persegue a população palestina"**.

Após longa espera, finalmente as principais organizações internacionais não governamentais de direitos humanos emitiram contundentes relatórios declarando Israel um regime de apartheid, às quais se somam organizações israelenses que, corajosamente, chegam a afirmar que o supremacismo israelense se realiza sobre o povo palestino *"do rio (Jordão) ao mar (Mediterrâneo)"*, para afirmar que o sistema de segregação racial não se limita à Cisjordânia e Gaza ocupadas, mas incide, também, no território estatal israelense sobre a população palestina não-judaica.

A **Human Rights Watch** foi a primeira a emitir relatório afirmando que Israel é um regime de apartheid. Segundo seu extenso e detalhado relatório, as autoridades israelenses estão cometendo os crimes contra a humanidade de apartheid e de perseguição contra o povo palestino. O relatório, violentamente atacado por Israel, diz que os elementos definidores do crime de apartheid - **intenção de manter a dominação de um grupo racial sobre outro, opressão sistemática do grupo dominante sobre outro e a prática de atos desumanos** - estão presentes nas práticas israelenses contra o povo palestino.

Já em fevereiro de 2022 foi a vez da **Anistia Internacional**, a mais prestigiada ONG internacional de direitos humanos, cujo relatório supera os demais em profundidade e alcance, demonstrando que o apartheid israelense alcança também os refugiados palestinos.

Conforme Agnès Callamard, secretária-geral da Anistia Internacional, *"a totalidade das leis do regime, políticas e práticas descritas neste relatório demonstram que Israel estabeleceu e manteve um regime institucionalizado de opressão e dominação da população palestina para o benefício de israelenses judeus - **um sistema de apartheid** - onde quer que tenha exercido controle sobre vidas palestinas desde 1948. O relatório concluiu que o Estado de Israel considera e **trata palestinos como um grupo racial não-judeu inferior**. A segregação é conduzida de uma forma sistemática e altamente institucionalizada através de leis, políticas e práticas, todas*



**FEPAL**  
FEDERAÇÃO ÁRABE  
PALESTINA DO BRASIL

إتحاد المؤسسات العربية  
الفلسطينية في البرازيل

com a intenção de evitar que palestinos demandem e desfrutem de direitos iguais aos de israelenses judeus no território de Israel e dentro dos Territórios Palestinos Ocupados, e, portanto, têm a intenção de **oprimir e dominar o povo palestino**. Isso tem sido implementado por um regime legal que controle (**para negar**) **os direitos de refugiados palestinos residindo fora de Israel e dos Territórios Palestinos Ocupados de retornar às suas casas**".

Também **Francesca Albanese**, relatora especial da ONU para os direitos humanos nos territórios palestinos ocupados, afirmou, em julho deste ano (2023) que a ocupação israelense impõe aos palestinos um regime de Apartheid. Ela foi ainda mais longe: aos palestinos é imposta uma **"prisão a céu aberto"**.

E qual a reação israelense? Como sempre, ofensiva, irracional, imoral e imprecisamente acusatória ao mundo de **"antissemitismo"**! Do que os dirigentes racistas da África do Sul, quando manchada pelo igualmente indecente regime de apartheid, poderiam acusar os que se opunham ao seu regime de segregação racial? Caso houvesse sobrevivido até nossos dias, quem sabe de "antissemitismo" ou chantagem parecida, buscando blindar-se e garantir-se ao direito de seguir promovendo o apartheid sobre a população não-branca.

Mas o regime israelense é ciente da clareza de sua condenação pela Comunidade Internacional, estados, governos e cidadania global e, por isso, busca, por meio de sua propaganda oficial, uma nova blindagem estético-discursiva que o disfarce e "higienize" do Apartheid e dos demais crimes de lesa-humanidade, já investigados pelo **TPI – Tribunal Penal Internacional** (crimes de Apartheid, de guerra e de perseguição ao povo palestino, todos de lesa-humanidade) e pela **Corte de Justiça de Haia/ONU** (sobre a existência de ocupação colonial israelense nas terras do Estado da Palestina, incluindo Jerusalém). Uma série de organizações e pessoas estão encarregadas desta higienização do Apartheid israelense, dentre elas Lajst.

Esta nova estratégia israelense visa alcançar pessoas públicas, como governantes e legisladores, personalidades diversas, lideranças sociais e o público maior nos meios artístico, cultural e da comunicação, da denominada diversidade, especialmente seus mais renomados ativistas, religiosos (com ênfase nos extremistas) e, claro, os intelectuais e acadêmicos, neste último caso com propósito especial de lhes impor novamente o monopólio de sua narrativa, a sionista, para a Palestina, visto que é no seio das universidades que a imagem do regime israelense está mais corroída. A intervenção junto ao público universitário visa, justamente, à retomada deste



**FEPAL**  
FEDERAÇÃO ÁRABE  
PALESTINA DO BRASIL

إتحاد المؤسسات العربية  
الفلسطينية في البرازيل

ambiente crítico para retorná-lo à condição de refém de Israel e de seus mitos, todos a justificar a tomada da Palestina, o desterro de sua população e subsequentes crimes que persistem até estes dias, para horror e ampla condenação da Comunidade Internacional. E é aí que se insere a locução propagandística israelense nesta UFAM, frente à qual nos preocupamos e dela alertamos.

Magnífico reitor, se não é possível defender o ódio e a intolerância, bem como ideias supremacistas, como o nazismo e o supremacismo branco na África do Sul, ou a escravidão, por que cargas d'água essas ideias seriam válidas e possíveis de transitar na UFAM quando se referem à Palestina? É Apartheid para a África do Sul e não para a Palestina? Há genocídio aplicável aos demais povos, mas não ao povo palestino? A limpeza étnica é crime de lesa-humanidade, apenas na Palestina que não? A situação dos refugiados palestinos (são, na atualidade, 6,2 milhões, com seus descendentes, em torno de 40% da população palestina no mundo e quase 30% da população refugiada mundial, mesmo o povo palestino compondo somente 0,17% da população mundial), é diferente da dos demais refugiados e, por isso, podem ser impedidos de retornar à sua terra ancestral, conforme impõe a Resolução 194, da ONU, de 11 de dezembro de 1948? É possível, ao vulgar pretexto da "liberdade de expressão", que um regime que não acata uma só resolução da ONU seja defendido no campus da UFAM? Ao falacioso pretexto da "liberdade de expressão", a UFAM estaria disposta a abrir seu campus à Ku Klux Klan, por exemplo? Ou à defesa do Legado de Mussolini, quem sabe de Plínio Salgado, o fascista tupiniquim?

O caso palestino não é um hiato no Direito Internacional e nos Direitos Humanos, ao ponto de permitir que a UFAM seja palco de desumanização do povo palestino e de exaltação dos criminosos que ocupam a Palestina. A UFAM, magnífico reitor, não é partícipe dos crimes de lesa-humanidade que têm a Palestina por palco, estamos certos, bem como é nossa convicção que seu corpo acadêmico não quer manchar suas mãos com o sangue palestino, feito jorrar todos os dias na Terra Santa, há mais de 75 anos, pelas armas e munições assassinas de Israel.

A denúncia do regime de Apartheid na Palestina não visa criminalizar toda uma demografia, no caso, a israelense, infelizmente capturada pelo projeto colonial sionista, mas acabar com o regime supremacista que impede o reino da paz na Terra Santa, para todos que lá vivem, de todas as fés religiosas e de todas as visões de mundo, que impede o retorno dos refugiados palestinos, que impede a realização do monoteísmo em sua máxima plenitude, isto é, **do amor do Deus Único, não étnico ou racializado, que seja de todos e para todos.**



**FEPAL**  
FEDERAÇÃO ÁRABE  
PALESTINA DO BRASIL

إتحاد المؤسسات العربية  
الفلسطينية في البرازيل

Por tudo isso, e por tudo o mais que não caberia nem em mais 100 manifestações como esta, rogamos que a UFAM que interdite Auditório Rio Amazonas para o aludido evento e declare-se, como incontáveis outras instituições universitárias mundo afora, **TERRITÓRIO LIVRE DE APARTHEID**.

Cordialmente,



**UALID RABAH**  
Presidente